

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS Processo nº 0801638-86.2022.8.10.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível Reclamante: A.J.B.B. Advogado/Autoridade do(a) AUTOR: POLYANA CAROLINA CIRQUEIRA BARATA - MA11649 Reclamado: MATEUS SUPERMERCADOS S.A. Advogado/Autoridade do(a) REU: ADILSON SANTOS SILVA MELO - MA5852 SENTENÇA

Vistos, etc. O Autor aduz em sua inicial que adquiriu um aparelho celular Samsung A10S, vermelho (SM-A107MZRRT), 32GB, 6,2, 2GB Câmb. Dupla + Selfie 8MP, 4G, em 21/04/2020, com seus acessórios, capa e película de proteção anti-impacto. Afirma que no dia 17/01/2022, já no encerramento das atividades do dia da loja, o Autor como de praxe foi fazer compras para seu pequeno estabelecimento, contudo, no ato de pagar as compras foi retirar o valor das compras do bolso e deixou o seu aparelho celular apoiado no caixa e acabou esquecendo o mesmo. Aduz o Autor que chegando em sua residência notou a ausência do aparelho, ligando para o mesmo, porém já se encontrava desligado. Devido ao horário, como já exposto acima, nada podia fazer naquele horário.

Dessa forma, o Autor se deslocou até à Ré no dia 18/01/2022, já nas primeiras horas de funcionamento, isto é, às 07:40, e nesta oportunidade explicou ao Gerente, Fiscal de Compras e Segurança a situação já narrada, contudo, foi informado ao Autor que nas dependências da loja não foi encontrado e que revendo as câmeras não constava nada que pudesse justificar a presença do celular, na oportunidade lhe foi negado a observação no circuito sob a justificativa que só obteria acesso às filmagens por ordem judicial.

Diante da insistência do Autor, em afirmar que o aparelho celular foi deixado lá, os funcionários olhariam novamente as filmagens e entrariam em contato. Nesse ínterim, o Autor registrou boletim de ocorrência, e entrou em contato com o suporte da Samsung para tentar rastrear o aparelho ou bloquear o aparelho, cujo o protocolo é 2203000937, bloqueou o aparelho pela Operadora Oi. No dia 19/01/2022 por volta das 12:00hs, o gerente da Ré entrou em contato, afirmando que encontraram um aparelho com as especificações detalhadas pelo Autor, devendo este se deslocar até o estabelecimento para verificar se se tratava do seu aparelho.

Chegando no estabelecimento e olhando o aparelho, constatou que era o seu, apesar de não mais se encontrar com a capa e película de proteção anti-impacto, inclusive aparecendo com trinco na tela. O gerente da segurança informou que mesmo colocando para carregar o aparelho não carregou ou ligou, lhe garantindo que após o aparelho passar por perícia técnica era para o Autor retornar ao supermercado que as providências para resolver a demanda seriam tomadas. No mesmo dia, o Autor de posse do aparelho ligou para o suporte da Samsung, protocolo sob o nº: 1207581434, informando que o aparelho não estava ligando, após as orientações dos procedimentos para tentar ligar por comandos de sistema, constatou-se que era necessário levar o aparelho à assistência técnica autorizada.

Dessa forma, no mesmo dia, isto é, dia 19/01/2022, O autor levou o aparelho até a assistência técnica autorizada, que já no protocolo de entrada do aparelho foi detectado à olho nu: AUSÊNCIA dos 2 (DOIS) CHIPS; CARTÃO DE MEMÓRIA, BATERIA ENCHARCADA COM ÁGUA; SUPORTE DE LCD QUEBRADO, ARO E TAMPA COM MANCHA E ARRANHÕES; SEM CAPA DE PROTEÇÃO E PELÍCULA ANTI-IMPACTO. Perfazendo o total de R\$ 967,25 (Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Diante do orçamento, o Autor retornou ao setor de segurança da Ré, que foi recebido e segundo eles direcionado ao setor jurídico, registrando o protocolo e bem como registrou

um novo boletim de ocorrência, com detalhamento do dano e apesar de todo esse cuidado, até a presente data não obteve resposta, pugnando pela condenação da requerida a pagar o valor do celular à época e danos morais. A requerida apresentou contestação negando os fatos aduzidos pelo autor, afirmando que este não fez prova do alegado e que não praticou qualquer ato ilícito. Era o que interessava relatar, apesar de dispensada pelo art. 38 da Lei nº 9.099/95. É pacífico que é dever das empresas zelar pela segurança do seu ambiente, inclusive no que tange à responsabilidade sobre danos aos seus consumidores, por ser a guarda de objetos esquecidos risco ínsito à atividade. A controvérsia será solucionada no âmbito probatório, recaindo o ônus da prova à parte requerida, por se tratar de relação de consumo e estarem presentes os requisitos do art. 6º, VIII, do CDC. Embora, o autor tenha a responsabilidade pela guarda e zelo dos seus bens, o fato de tê-lo esquecido na loja demandada, não retira desta o dever de guarda, exceto por ato de terceiros, o que não foi demonstrado nos autos. O autor apresentou, além de documentos pessoais, recibo de compra do aparelho objeto da lide, notas fiscais de compras que demonstram a presença do autor no estabelecimento da requeridas nas aludidas datas informadas na petição inicial, boletins de ocorrência, laudo técnico demonstrando os danos no aparelho celular e linha do tempo no google maps para demonstrar a sua localização. A requerida, em sua defesa, procura se esquivar da responsabilidade, fazendo alegações que se contradizem a todo o tempo, conforme depoimento do seu preposto que, ora informando que o autor não efetivou reclamação sobre o bem esquecido, mas logo em seguida informa que o bem foi localizado através das câmaras do circuito interno, o que atesta as afirmações do demandante, tanto que o o demandado ligou para o demandante informando que localizou o bem esquecido, esquivando-se outra vez em informar em que parte da loja foi encontrado o bem e em que estado se encontrava, contrariando, ainda, a sua informação de que o procedimento da loja, ao encontrar um bem de cliente é ser entregue no setor de segurança responsável, lavrando-se um termo, onde é descrito o bem, o estado em que se encontra e quem o encontrou, informações estas, que segundo o preposto, não estão disponível na loja. Convém salientar que o demandado dispõe da filmagem, tanto que localizou o bem através dela e deixou de apresentá-la em Juízo para comprovar a tese da defesa, fazendo-se presumir a responsabilidade de prepostos do demandado, pelos quais, a empresa tem a responsabilidade civil. Com isso, o deferimento do pleito autoral é medida que se impõe, diante dos fundamentos explicitados. Cumpre ressaltar que em relação aos danos materiais, não deve ser acolhido totalmente o pleito do autor, posto que a requerida não deve ser condenada a ressarcir todo o valor do celular, sob pena de locupletamento, sendo devido o valor de R\$ 967,25 (Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Vinte e Cinco Centavos), consoante nota juntada. Os danos morais estão presentes no caso em tela, pois a má prestação de serviços da requerida violou o direito da personalidade do autor, pois além de não ressarcir-lo dos danos sofridos, fez com que o mesmo perdesse o seu tempo útil desnecessariamente.

ANTE TODO O EXPOSTO, com base na fundamentação supra, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente ação, condenando o requerido ao pagamento em favor do requerente da importância de R\$ 967,25 (Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Vinte e Cinco Centavos) por danos materiais, acrescida de correção monetária a partir do orçamento e juros a partir da data da citação e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por danos morais, acrescida de correção monetária a partir desta data e juros a partir do evento danoso (19/01/2022). Defiro, ainda, o pedido de justiça gratuita, nos termos da lei. Sem custas e honorários, pois, indevidos nesta fase, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, data do sistema. Luiz Carlos Licar Pereira Juiz de Direito